

NOTA

A crise ambiental na sociedade atual: uma crise de percepção*

Vera Lúcia dos Santos¹
Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado²

“Pelo simples fato de viver, somos todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas também, a aprender tudo de novo”.

Milton Santos, 1994

Indubitavelmente a sociedade atual caracteriza-se pelo avanço técnico-científico e informacional que lhe confere peculiaridades nunca antes imaginadas. É predominantemente urbana, da comunicação instantânea, das distâncias reduzidas, da robótica, da cibernética. Em contrapartida, é a sociedade do ter em detrimento do ser, da rapidez frenética, da competição acirrada, e, porque não dizer, marcada por profundas crises.

Essas crises refletem objetivamente a esgotabilidade de um processo produtivo que, ao expandir-se globalmente, escancara sua face perversa, através de várias formas de degradação sócio-ambiental. Assim, há duas questões-chave que se apresentam como os grandes desafios para a sociedade do século XXI: produzir de forma sustentada, não esquecendo que há o dever ético de garantir o abastecimento para as futuras gerações, e distribuir de forma equitativa a produção. Em outras palavras, no primeiro caso, trata-se de investimentos maciços em pesquisas e novas tecnologias, colocando-as a serviço da conservação, recuperação e preservação dos recursos naturais e, no segundo caso, a necessidade de desenvolver mecanismos eficientes para acabar com a miséria absoluta de cerca de 20% da população mundial.

Sem sombra de dúvida, é um enorme desafio que nos leva a desenvolver este texto com base em uma convicção: a crise que vivenciamos atualmente é uma crise da sociedade no ambiente; é uma crise de valores, de percepção. Cabem neste momento algumas questões: “Como percebemos os recursos naturais?”; “Será que o percebemos como parte integrante da nossa vida, ou apenas como algo que utilizamos como mercadoria para satisfazer nossas necessidades, não só vitais como também imediatistas?”.

* Trabalho apresentado na XII Semana de Geografia, ocorrido na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/ Guarapuava-Pr, outubro de 2003.

¹ Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia, IGCE – UNESP/ Rio Claro-SP; endereço eletrônico: santoslve@bol.com.br

² Professora Livre-Docente Aposentada do Departamento de Geografia, IGCE – UNESP/ Rio Claro-SP; endereço eletrônico: lucyphiladelpho@bol.com.br

Discorrer sobre esse tema é muito mais que mencionar o fato que a nossa biodiversidade está ameaçada, que nossos biomas estão sendo devastados, que nossas reservas de água doce com qualidade estão se esgotando. É ponderar fundamentalmente sobre a nossa postura diante do meio, sobre a nossa responsabilidade na garantia de ambientes ecologicamente equilibrados, esteticamente satisfatórios e economicamente recompensadores, como já nos alertava Dubos, em 1981, quando nos exortava a namorar a Terra.

Ao longo das décadas, a civilização foi se tornando mais complexa, se comportando como se o divórcio com o mundo natural fosse possível. A preocupação primeira era com a construção de um mundo extremamente racional, planejado, controlado e manufaturado. À medida que essa complexidade foi aumentando, nós nos distanciamos das nossas raízes com a terra e perdemos o elo de integração com o restante da natureza.

A ciência colaborou com essa situação, na medida que chegou a acreditar, diante da abordagem reducionista, que poderia organizar o conhecimento do mundo natural em segmentos cada vez menores e que conhecer as ligações entre esses compartimentos estanques, não era realmente importante.

Somado a essa postura, não podemos deixar de analisar um outro aspecto: quase nunca nos propomos a olhar mais longe e vislumbrar as conseqüências para nossos filhos e netos das ações que praticamos; concentramos nossas energias e, muitas vezes, nosso saber apenas em nossas necessidades atuais e nos problemas de curto prazo. Como salienta Oliveira e Machado (2003, prelo) “a crescente tendência em reduzir o valor dos investimentos em longo prazo, seja em termos de riqueza, trabalho ou prudência, ignorando as conseqüências dos nossos atos, aliada à presunção de que somos dissociados da natureza, provocou uma profunda crise na interação homem/meio ambiente. E como ainda nos sentimos presos às antigas premissas e formas de pensar, fica sempre muito difícil vislumbrar uma solução para nosso dilema”.

O resultado da conjunção desses fatores não podia ser outro: ambientes exauridos, perda da biodiversidade, desastres ecológicos, novas doenças letais, queda da qualidade de vida. Ao longo de milhares de anos a pressão sobre os diferentes ecossistemas se agravou, tornando-os cada vez mais frágeis. A situação pode se tornar ainda mais grave diante do crescimento da população mundial que segundo dados da ONU, em 2050, poderá atingir 10,9 bilhões de pessoas, ou seja, um aumento real de 78% sobre o número atual de habitantes. Além disso, o número de pessoas com mais de 60 anos deve triplicar nesse mesmo período, chegando a 25% da população mundial.

Os países em desenvolvimento são os que, com certeza, sofrerão mais com esse incremento populacional, já que se acredita que terão três vezes mais habitantes do que têm hoje. Esses mesmos países, além de enfrentar sucessivas crises econômicas, são os mais afetados pela degradação do solo, da água e pela escassez de alimentos; são também os que enfrentam as maiores dificuldades no que diz respeito a fornecer serviços básicos a seus habitantes: educação, segurança, empregos, habitação, saúde, entre outros...

O crescimento demográfico transforma-se em um grave problema ambiental, na medida que o aumento da população resulta imediatamente na alteração da qualidade do meio, intensificando sua degradação, afetando particularmente os mais pobres. A triste realidade nos mostra que ainda hoje, 1,1 bilhão de pessoas não têm acesso à água tratada e em países mais pobres até 95% dos esgotos e 70% dos detritos industriais são simplesmente lançados no meio ambiente, in natura, causando epidemias e provocando mortes.

Oliveira e Machado (op. cit) citam uma pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde na qual é divulgado o resultado do primeiro estudo que compara a eficiência dos diversos sistemas de saúde do planeta. Constatou-se nessa pesquisa que investimentos anuais inferiores a

80 dólares/pessoa são totalmente desastrosos. Tal fato ocorreu em 41 países dos 191 analisados, resultando na maior presença de doenças como a AIDS, a tuberculose e a malária.

Porém nem tudo é tragédia. A natureza de uma forma ou de outra vêm nos mostrando suas leis e que é capaz de se restabelecer, recuperando-se de danos, mesmo sérios, desde que sejam respeitados os seus limites de auto-regulação.

O despertar da humanidade já se iniciou, pois é inegável que nas últimas décadas demos alguns passos em direção a uma nova postura diante do Planeta e seus recursos. Com certeza as questões ambientais ganharam espaço no Primeiro Encontro Mundial sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, Suécia, em 1972, eclodindo na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou Cúpula da Terra. Esses encontros constituíram um marco definitivo na longa batalha para aumentar a tomada de consciência internacional quanto à verdadeira natureza e escala da crise ambiental, embora muitos estudiosos afirmam que deram origem a acordos fracos e inexpressivos, incapazes de mudar a conduta das nações.

No entanto, é fato que após a Rio-92, o mundo acordou para a realidade de que o desenvolvimento está indissolúvelmente ligado às políticas de conservação do meio ambiente e à administração planejada de nossos recursos naturais.

Esse despertar talvez tenha sido o mais importante resultado da Rio-92, como nos diz Oliveira e Machado (op. cit.): “da mesma forma que as primeiras fotos da Terra flutuando no espaço sobre o horizonte da Lua provocaram profunda mudança na maneira de perceber nosso planeta, a Rio-92 provocou profunda mudança na maneira pela qual as nações do mundo passaram a encarar suas relações e responsabilidades mútuas”.

Estamos agora diante de um novo compromisso: avançar na questão das políticas públicas praticando nossas decisões que devem sair dos papéis e ser incorporada ao nosso cotidiano. Essa tarefa não é nada fácil, nem na escala local, quicá no plano mundial, já que os conflitos perceptivos são profundos e resolvê-los implica, além de contrariar interesses, atribuir outro valor à nossa própria vida no Planeta Terra, buscando romper os atuais padrões civilizatórios.

Especificamente no Brasil não há dúvidas que a implantação da política ambiental alcançou significativos resultados, todavia, apesar do enorme potencial em biodiversidade - apontada por muitos estudiosos como a riqueza estratégica para o futuro - o Brasil mantém seu secular modelo de desenvolvimento econômico, baseado na exploração indiscriminada dos recursos naturais e sem uma preocupação conservacionista. Até mesmo o recente estabelecimento de uma política de meio ambiente no Brasil se assenta ainda no mito desenvolvimentista do pós-guerra. Chaves (2003, p.27) ressalta: “de alguma forma, o argumento da necessidade do progresso tem sobrepujado os limites ecossistêmicos, dissociando as práticas produtivas do potencial ecológico e das questões sociais e culturais”.

Talvez a maior dificuldade para o pleno funcionamento da Política Nacional de Meio Ambiente está no fato de que ela exige uma articulação entre os organismos públicos que a compõem. No plano concreto das ações, verifica-se que são fornecidas ao órgão executor e aos órgãos seccionais muitas atribuições sem o correspondente apoio técnico e logístico.

Chaves (op.cit, p.31) destaca que há enorme dificuldade de se formular uma política ambiental de caráter nacional. Não existe um efetivo plano de ação governamental integrando a União, os Estados e os Municípios, com vistas à preservação do meio ambiente. Tal dificuldade suscita conflitos de competência de gestão sempre que qualquer tipo de estudo, laudo técnico ou análise de impacto ambiental é solicitado.

A esse conflito de competência, soma-se ainda o despreparo técnico e até mesmo teórico e metodológico das instituições destinadas a administrar as questões ambientais. Incontáveis são os

exemplos do resultado desse processo que atropela as comunidades locais com enxurradas de proposições de planejamento, portarias e resoluções de instituições as mais variadas, obrigando a população local, muitas vezes, a mudar seus meios e modos de vida sem uma discussão prévia mais profunda.

Aqui vale a pena ressaltar que qualquer política ambiental estabelecida para uma determinada área ou região certamente lidará com conflitos de interesses. Por isso mesmo, é de suma importância que ela seja clara, precisa e insenta de interesses particulares, para surtir os efeitos práticos esperados.

Diante do exposto, fica nítido que as políticas ambientais estabelecidas no Brasil espelham as contradições de um Estado ainda autoritário, embora sejam articuladas e estabelecidas sob o jugo da preservação do patrimônio natural ou da biodiversidade. Na opinião de Chaves (op. cit., p. 42), as leis, os decretos, as portarias, as resoluções, assumem um caráter normativo e deliberativo em relação ao processo de exploração dos recursos naturais, muitas vezes permanecendo com entraves burocráticos e serem resolvidos através do pagamento de taxas, multas e guias fiscais, etc... Por outro lado, mantém o aspecto discriminado e repressivo em relação ao pequeno produtor, por exemplo.

Contudo é incontestável que as Portarias Normativas do IBAMA e as Resoluções do CONAMA têm sido instrumentos importantes para o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental nas diversas atividades antrópicas, definindo normas e critérios necessários ao desenvolvimento econômico com menor risco ao meio ambiente, tais como: padrões de emissão de efluentes, reposição florestal, estudos de impacto ambiental, entre outros.

Muito se fez, mais ainda há por fazer. Acreditamos que apesar do despertar mundial para o problema ambiental, do avanço representado pela implantação da política ambiental no caso específico brasileiro, o maior obstáculo reside, de fato, na nossa percepção, na valoração que atribuímos aos nossos recursos naturais. Na verdade, a maioria das pessoas resiste em aceitar o fato de que a crise ambiental é de âmbito global e extremamente grave. Oliveira e Machado (op. cit) nos dizem que no despertar da era nuclear Einstein assim se manifestou: “tudo mudou, exceto nosso modo de pensar”; sem sombras de dúvidas, agora na era ambiental a observação de Einstein ainda permanece válida. As autoras também ressaltam as sábias palavras de Roszak (1978): “as necessidades do planeta são as necessidades das pessoas; os direitos das pessoas são os direitos do planeta”.

Somente com essa postura é que conseguiremos por em prática a verdadeira cidadania ambiental. Vivemos em um momento que as condições sociais, políticas, econômicas e ambientais de várias partes do globo nos faz ter a certeza de que precisamos atenuar os erros cometidos pelas gerações passadas, ao mesmo tempo, viver com dignidade, garantindo não só a nós, mas aos nossos descendentes um mundo com maior qualidade de vida.

Assim, o século XXI requer uma mudança no foco das ações humanas, principalmente no que tange às questões políticas. Infelizmente nos dias atuais governantes do mundo todo ainda continua a usar o ritmo de crescimento do PIB como medida de progresso e desenvolvimento. Tal postura ficou bem clara nos (des)acordos de Johannesburgo, considerados quase um fracasso, já que ao invés de comemorar possíveis avanços, sobretudo dos debates da última década, o que se verificou foi um esforço diplomático para se impedir os retrocessos.

A pauta estabeleceu como prioridade a discussão dos temas: água, energia, saúde e biodiversidade sobre os quais deveriam ser estabelecidos acordos e com isso traçar as diretrizes para o cumprimento das respectivas metas.

Com relação ao tema da água e saneamento, a principal proposta foi a de reduzir à metade até 2015 a proporção de pessoas sem acesso ao saneamento básico e a água potável. Essa redução

se daria por meio de assistência técnica e financeira aos países pobres, onde evidentemente se concentram os maiores problemas. O único problema é que não ficou claro como se daria esse financiamento.

Quanto à energia, o Brasil defendeu veementemente a proposta de que até 2010, 10% da matriz energética mundial fosse obtida a partir de fontes alternativas, tais como: energia eólica, fotovoltaica, biomassa, entre outras. Esse incremento significaria um grande avanço nessa questão, representando o dobro da participação atual de fontes alternativas de energia utilizadas no mundo. Nesse tema, graças aos interesses econômicos, os Estados Unidos se uniu aos países árabes em torno da manutenção da supremacia dos combustíveis fósseis.

Com relação à saúde, se buscou um acordo global que garantisse o acesso equitativo aos serviços de saúde e a medicamentos essenciais para a população. O documento propunha a redução em dois terços, até 2015, dos índices de mortalidade infantil e em três quartos a mortalidade materna e, ainda, desenvolver mecanismos internacionais para diminuir em até 25% o número de pessoas infectadas com o vírus HIV. Mais uma vez, a crítica principal é no sentido da falta de objetividade no cumprimento das metas, uma vez que não se definiu quem será responsável pelo financiamento.

O tema da biodiversidade, por sua vez, também não mereceu nenhum avanço significativo. Foi apenas tratado de forma genérica sobre a possibilidade de transferência de recursos financeiros e técnicos aos países em desenvolvimento, através de medidas compensatórias pelos lucros obtidos com a exploração dos recursos nas regiões exploradas. A principal questão que é a redução nos níveis de empobrecimento da biodiversidade ficou, infelizmente, na dependência de possíveis acordos multilaterais.

Assim, o Encontro ocorrido em Johannesburgo, que finalizou apenas com uma carta de boas intenções serviu para escancarar que as nações hegemônicas, tal como os mais ricos do planeta não estão dispostos a dividir o seu lucro. Uma questão chave é que a ratificação de todos os acordos depende, em última instância, de uma melhor distribuição de renda planetária e os mecanismos internacionais ainda não criaram as condições para o comércio e o financiamento de um imenso passivo sócio-ambiental. A transferência de 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) dos países desenvolvidos em forma de assistência aos países em desenvolvimento, definida em 1992, nunca foi cumprida. Pelo contrário, essa transferência, cujo alcance atingiu no máximo 0,38% do PIB, caiu para 0,22% atualmente.

Se essa postura permanecer os pobres continuarão pobres, o planeta mais degradado e o crescimento cada vez mais insustentável.

Deve se ter claro que desenvolvimento almejamos e, mais ainda, se buscamos o desenvolvimento qualitativo ele é fruto de uma complexa equação entre as instituições públicas e privadas, os valores, a educação e a saúde, as políticas públicas e as comunidades locais e nenhum setor, isoladamente, será capaz de promovê-lo.

Essa é a realidade que temos que enfrentar no século que se inicia, partindo da concepção que onde o significado do meio ambiente não for atribuído adequadamente, o desenvolvimento com sustentabilidade fracassará.

Finalizando esta reflexão, gostaríamos de levantar uma questão: “qual a esperança que podemos ter para o futuro da humanidade?”. Na nossa opinião a resposta mais inspiradora a essa questão existencial foi dada por Capra (2002, p.273) parafraseando o dramaturgo tcheco Václav Havel,

“o tipo de esperança sobre a qual penso frequentemente,... compreendo-a acima de tudo como um estado da mente, não um

estado do mundo. Ou nós temos a esperança dentro de nós ou não temos; ela é uma dimensão da alma, e não depende essencialmente de uma determinada observação do mundo ou de uma avaliação da situação... (A esperança) não é a convicção de que as coisas vão dar certo, mas a certeza de que as coisas têm sentido, como quer que venham a terminar.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CHAVES, Manoel Rodrigues. **Descentralização da política de meio ambiente no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano**. Rio Claro, IGCE, 2003. (Tese de Doutorado)

DUBOS, René. **Namorando a Terra**. São Paulo: Melhoramentos e Edusp, 1981.

OLIVEIRA, Livia de; MACHADO, Lucy Marion C. Ph. “Percepção, cognição, dimensão ambiental e desenvolvimento com sustentabilidade”. In: VITTE, Antônio Carlos; GUERRA, Antônio José Teixeira, (org.). **Reflexões sobre a Geografia Física brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003. (prelo)

SANTOS, Milton. **Técnica, Tempo e Espaço: globalização e meio técnico-científico – informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

Recebido em fevereiro de 2004.

Aprovado em setembro de 2004.